



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

RELAÇÕES DE GÊNERO NAS VIVÊNCIAS DE MENINAS AFRODESCENDENTES... A LITERATURA INFANTIL PODE INFLUENCIAR?

Antonia Regina dos Santos Abreu Alves

Universidade Federal do Piauí reginaabreu22@hotmail.com

RESUMO

Neste ano de 2015, a Lei 10.639/03 de 2003 completou doze anos de aprovação, apesar disso, a afirmação da identidade afrodescendente e a contemplação desta em atividades escolares, em particular naquilo que tange o conteúdo explícito desta lei, enfrentam entraves no fazer da educação escolar. As motivações que comungam para esta realidade são evidentes na escola brasileira a qual enfrenta muitos obstáculos que impedem um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz. Durante a experiência da pesquisa desenvolvida no Mestrado em Educação, presenciamos situações que denunciavam práticas racistas, preconceituosas e discriminatórias entre as crianças. O objetivo deste artigo é discutir a vivência de uma menina vítima de preconceito racial na escola. Situação acentuada na sensação de negação que é marcada nas crianças afrodescendentes, pois, parte dos livros infantis com os quais os estudantes têm contato na escola, apresentam os afrodescendentes de forma caricata ou em situações de sofrimento, tornando-se uma barreira a ser vencida pela escola, pois essas crianças acabam desenvolvendo dificuldades em seu próprio processo de afirmação de identidade. Apresentamos a situação desta menina que se sentia muito incomodada com algumas coisas que aconteciam na escola, em relação a xingamentos, deboches, piadas referentes ao seu pertencimento racial, principalmente após uma história infantil que foi contada pela professora. Durante o processo da pesquisa, realizamos a observação participante das crianças e das professoras na escola. A partir destas discussões, concluímos que as problematizações referentes às relações raciais devem contemplar um debate permanente na escola, para que as crianças afrodescendentes sintam-se incluídas neste espaço.

Palavras-chave: Práticas racistas, Crianças afrodescendentes, Escola.

INTRODUÇÃO

A escola é um dos espaços onde ocorrem, de forma privilegiada, relações que influenciam a constituição da identidade dos sujeitos sociais. As relações entre as crianças no espaço escolar são bastante influenciadas pelos valores sociais que permeiam as historinhas infantis, principalmente durante a infância.

Partindo destas questões, o presente artigo aborda vivências de uma menina vítima de preconceito racial na escola, destacando a influência de histórias infantis contadas na escola pode



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

interferir na formação da personalidade e na autoestima de crianças. No caso de meninas é recorrente na escola brincadeiras que reproduzem histórias das princesas, que geralmente são representadas por bonecas brancas, de olhos azuis que se casam com príncipes também brancos, de olhos azuis. Estas meninas tendem a absorver estes modelos como sinônimos “do belo”, “objeto de desejo”.

Problematizar tais questões tende a provocar mais reflexões sobre as populações brasileiras, as suas histórias, as relações sociais desiguais na tentativa de desnaturalizar a problemática básica da nossa sociedade, a nossa incapacidade de adequadamente trabalhar as diversidades raciais deste país. (BRASIL, 2003; 2008).

Na escola investigada, observamos que parte dos livros reproduzem imagens pejorativas dos afrodescendentes, fato que contribui diretamente para a socialização do preconceito. A (in) visibilidade dos/as afrodescendentes em alguns livros didáticos ou de literatura infantil denotam o reflexo da desigualdade racial e exclusão da população afrodescendente de forma geral, uma vez que as práticas de representação envolvem relações de poder, “incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído, [sendo assim], quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2000, p.18 - 91). Essa (in) visibilidade é muito influente tanto na vida das crianças afrodescendentes como das eurodescendentes, considerando que a identidade é uma construção relacional em que os significados produzidos pelas representações possibilitam “aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar” (SILVA, 2000, p.17).

Ademais, abrimos para um debate que apresente a necessidade da literatura infantil representar a possibilidade de afirmação da identidade afrodescendente, apresentando protagonistas afrodescendentes em papéis que possibilitam a valorização da história e cultura africana e afrobrasileira, oportunizando a “interrupção das identidades hegemônicas e um questionamento da repetibilidade que garante a eficácia dos atos performativos que reforçam as identidades existentes” (SILVA, 2000, p. 95), ao mesmo tempo, enfatizamos a Literatura Infantil como um instrumento de transmissão de ideologias raciais que alimentam o racismo; esta literatura precisa ser entendida e trabalhada como uma pequena parte de uma teia de instrumentais que funcionam de modo interdependente para manter o *status quo* racial do Brasil.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

AS HISTÓRIAS INFANTIS PODEM ESTAR RELACIONADAS COM O SILENCIAMENTO DE MENINAS AFRODESCENDENTES NO ESPAÇO ESCOLAR?

Os registros de vários acontecimentos observados no percurso da pesquisa desenvolvida durante o mestrado em uma escola pública do Piauí nos motivaram a promover esta discussão. Neste texto, escolhemos um destes eventos para apresentar, problematizando o contexto em que a professora da turma fez a abordagem da história infantil do Sítio do Picapau Amarelo do autor Monteiro Lobato, e coincidentemente após a contação da história, uma menina afrodescendente foi alvo de deboche pelas outras crianças da sala.

Em uma das aulas de uma turma de Língua Portuguesa, a professora contava a história do Sítio do Picapau amarelo descrevendo cada uma das personagens. Mas algo no mínimo curioso aconteceu quando a professora citou a personagem da Tia Anastácia como uma senhora “negra”, de descendência africana, pobre e que trabalhava como cozinheira do sítio. A forma como ela descreveu a personagem, o tom da voz e a ênfase dada nas palavras indicaram que tinha algo diferente, alguma coisa estava errada com a Tia Anastácia e o seu papel era subserviente. Em vez de enfatizar as contribuições da personagem no sítio, no que se refere a cuidar da casa, fazer comida, organizar as coisas da casa, falou dela como uma serviçal; como uma mulher pobre e menosprezável.

Algumas crianças da sala começaram a brincar com uma menina, dizendo que ela era parecida com a Tia Anastácia e que por isso ela também seria pobre e cozinheira de um sítio. Em meio a brincadeiras a menina baixou a cabeça, encolheu os braços, não discutiu com ninguém, e chorou muito. Esta menina tinha nove anos, a tez da sua pele era escura, possuía cabelos encaracolados, era visivelmente afrodescendente. Mas, aparentemente estava tudo tranquilo na sala e a professora parecia não perceber o que estava acontecendo.

Com o passar dos dias nos aproximamos um pouco mais da criança, questionamos o que ela sentiu depois de ouvir aquela história, relatou: “eu comecei a me achar muito feia, não gosto



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mais da minha cor, os meninos dizem que eu vou ser igual a Tia Anastácia quando crescer, mas eu não quero”.

A fala da menina despertou-nos o questionamento sobre a reação das crianças diante de determinadas abordagens em sala de aula. Nesta escola, é comum meninas afrodescendentes serem alvo de brincadeiras por causa do cabelo, registramos alguns: “cabelo de bombрил”, “cabelo de vassoura”, “cabelo duro”. Estes constrangimentos são recorrentes e acabam desencadeando muitos sentimentos negativos em meninas descendentes de africanos, principalmente porque os/as professores/as pouco interferem nessa realidade, chegam a comentar que isso é brincadeira de criança. Ao questionar a professora sobre o acontecido, a mesma disse que a menina havia comentado que ficou se sentindo mal e muito triste, mas reforçou ainda que apenas contou a história para as crianças, não quis ofendê-la em nenhum momento”.

Essa situação denota uma infeliz realidade que acaba sendo comum para pessoas afrodescendentes de nosso país, sejam crianças, jovens, adolescentes ou adultos. Diferente daquelas socialmente identificadas como eurodescendentes que contam com um repertório vasto de personagens e outros referenciais para sustentar a construção de suas identidades positivas.

Então, fomos impelidas a indagar sobre o que esta situação de fato ensina as crianças não somente na escola, mas também, na sociedade em geral uma vez que na escola, vivem microrrealidades de seu cotidiano em família e na sua comunidade. Quais as relações entre o que é lido e discutido na escola e as vivências das crianças numa sociedade multirracial como a brasileira? Perceber as teias destas dinâmicas é necessário a fim de construir uma realidade mais democrática e menos desigual para a grande maioria das/os brasileiras/os que são descendentes de outros povos e etnias diferentes.

UMA LIÇÃO DA LITERATURA ALIADA À EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICORRACIAIS

O racismo ensinado e aprendido na sociedade brasileira não está explícito somente nas escolas e sim, nas formas mais sutis que possam ser introjetadas pela sociedade de forma



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

inconsciente e, portanto, mais eficaz. Nesse sentido, as imagens que representam a população afrodescendente e a própria invisibilidade de sua história, cultura e religião, nos livros infantis, podem ser tratadas como indícios desse aprendizado na sociedade: desde a infância, num processo contínuo e longitudinal (RODRIGUES; ABREU, 2012).

Atualmente, o racismo não assume uma forma legalmente institucionalizada e explícita, mas acontece de forma velada e continua fazendo vítimas através de novas formas de discriminação presentes em diversos setores da sociedade, através das práticas de exclusão, esquecimento, silêncio, negação, invisibilização, humilhação e outras semelhantes, e o grupo que mais sofre é o segmento dos afrodescendentes da população nacional.

Em 2003 foi promulgada a Lei 10.639/ 03 (BRASIL, 2003) que estabelece a obrigatoriedade da inclusão da História e Cultura Africana e Afro Brasileira no currículo escolar, e em 2004 estabelecida as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, afirmando que:

o sucesso das políticas públicas de Estado, institucionais e pedagógicas, visando a reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os alunos negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se valorizados e apoiados (BRASIL, 2004, p. 13).

Porém, a promulgação da Lei 10.639/03 não gerou o impacto esperado na questão racial, uma vez que ainda não conseguiu convencer as mentes mais esclarecidas da sociedade brasileira de que os professores precisam ser preparados para atuarem na educação de base e para isso é necessária a reformulação dos programas de cursos de graduação. O conhecimento que circula nos espaços acadêmicos continua a ter um caráter monocultural.

Um dos problemas decorrentes do legado acadêmico imperial no campo das ciências sociais contemporâneas deriva do facto de muitos académicos pensarem que, ao designar algo, estão implicitamente a compreendê-lo. [...] A persistência da colonização epistémica, de um universalismo monista na observação e interpretação do mundo reafirma a necessidade de continuar a lutar pela descolonização do saber e das representações. (MENESES, 2007, p. 72, sic).



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“Outro dado importante é que o racismo ainda se faz presente no sistema de ensino, de forma velada. Uma de suas formas de manifestação é na literatura em que se constitui sob a negação da história da população negra” (RODRIGUES; ABREU, 2012, p. 581). Os livros didáticos mantêm-se conservadores das imagens de humilhação da população afrodescendente, em que esta é “marcada pela estereotipia e caricatura, identificadas pelas pesquisas realizadas nas duas últimas décadas” (SILVA, 2005, p. 23). Vale ressaltar que a modificação da Lei 10.639/2003 para incluir a população indígena através da Lei 11.645/08 (BRASIL, 2008) não tem ajudado modificar esta situação básica; ainda temos leis que não impactam de modo significativo, as práticas de um ensino escolar marcadamente racista e discriminatório.

Percebemos, então, uma reprodução da ideologia do branqueamento na observada, uma vez que as crianças estão internalizando uma imagem negativa do que é ser afrodescendente e, por outro lado, introjetando uma imagem positiva do que é ser eurodescendente.

Relacionando a afirmação de Lajolo e Zilberman (1988, p. 19) de que “o tipo de representação a que os livros procedem [...] deixam transparecer o modo como o adulto quer que a criança veja o mundo”, com o resultado de pesquisas que evidenciam que os livros infantis continuam veiculando conteúdos racistas (ESCANFELLA, 2007), podemos constatar que as teorias raciais e o projeto de branqueamento, continuam a vigorar em nossa sociedade. Contra esta lição, profissionais da educação escolar precisam posicionar-se depois de ficarem cientes de suas implicações para sociedade brasileira e o mundo contemporâneo, global e local simultaneamente. O que acontece numa sala de aula no interior do Piauí, tem todas as possibilidades de repercutir em uma cidade grande ou em uma outra região brasileira.

CORPO NEGRO EM LIVROS INFANTIS: DAS MARGENS ÀS IMAGENS

As mensagens e imagens apresentadas na escola sobre o que é afrodescendente ainda não oferecem possibilidades de afirmação de orgulho e alta autoestima para as crianças afrodescendentes, pois continuam apresentando uma significação hegemônica, onde há apenas um padrão dominante, o eurodescendente, levando a criança a uma situação conflituosa de negação do



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

próprio corpo. De formas explícita em algumas situações e muitas vezes não-explícita, a escola estabelece padrões eurocêntricos de ser e estar no mundo:

Para estar dentro da escola é preciso apresentar-se fisicamente dentro de um padrão, uniformizar-se. A exigência de cuidar da aparência é reiterada e os argumentos para tal nem sempre apresentam um conteúdo racial explícito. Muitas vezes esse conteúdo é mascarado pelo apelo às normas e aos preceitos higienistas. Existe, no interior do espaço escolar, uma determinada representação do que é ser negro, presente nos livros didáticos, nos discursos, nas relações pedagógicas, nos cartazes afixados nos murais da escola, nas relações professor/a e aluno/a e dos/as alunos/as entre si (GOMES, 2002, p. 45).

O espaço escolar, ao contrário do que deveria ser, propicia o que Gonçalves (1985) chamou de ritual pedagógico a favor da discriminação racial, manifestado através da hostilidade que se faz presente diante dos processos discriminatórios existentes em seu interior, diante dos estereótipos contidos nos materiais didáticos e diante da invisibilidade da população afrodescendente nos livros infantis, evidenciando uma violência simbólica.

[...] o silenciar quanto à história e à cultura afro-brasileira, a repetição de imagens estereotipadas e do discurso de que os negros(as) são incapazes, indolentes, que nada produzem, na escola, levam a pessoa negra a se convencer de que assim o é, e isso vai se cristalizando na vida, deixando perder a percepção do mundo e de estabelecer relações com os seus iguais para a libertação de si mesmo (A. SILVA, 2010, p. 170).

Sendo assim, as crianças afrodescendentes vão entendendo que são inferiores diante das crianças eurodescendentes, que sempre têm imagens positivas nos livros que são apresentados na escola.

É aqui que a pluralidade cultural de grupos étnicos, sociais ou culturais necessita ser pensada como matéria-prima da aprendizagem, porém nunca como conteúdo de dias especiais, datas comemorativas ou momentos determinados em sala de aula. Fazer isso é congelar a cultura, reificá-la, transformá-la em recurso de folclorização, e como tal acentuar as diferenças. Nesse processo, rompe-se a possibilidade de comunicação e de aprendizagem para reforçar os mecanismos discriminatórios e a desigualdade, instaurando a impossibilidade da troca e dos processos de equidade entre sujeitos diferentes (GUSMÃO, 2003, p. 95).

Nesse sentido, para Rodrigues; Abreu (2012, p. 583) “se a escola é o espaço por excelência para se mudar questões de ordem cultural, como é o caso do racismo, temos como prioridade as



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

mudanças dos imaginários racistas construídos e alimentados pelas imagens dos materiais utilizados na escola” desde o ensino infantil, fundamental e médio até o nível superior, sendo a literatura, inclusive a infantil, um desses materiais, uma vez que está presente em todos os níveis de ensino.

Por isso, a promulgação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 não garante que essa mudança irá acontecer de forma satisfatória, é preciso:

[...] avançar mais na criação de normas compulsórias sobre a eliminação de todo preconceito racial no material escolar e nas condutas dos alunos e profissionais das escolas. Desenvolver políticas mais coerentes de produção de novos materiais. Incorporar representantes do movimento negro, pesquisadores, intelectuais e educadores na formulação dessas políticas. Políticas mais focadas de formação inicial de professores e administradores para o trato da diversidade e da pedagogia multirracial. Obrigar os centros de formação a incorporar nos currículos de pedagogia e licenciatura o conhecimento da nossa realidade multirracial (ARROYO, 2007, p.114).

Essas mudanças têm sido definidas a base de muita polêmica e resistência, a exemplo do Parecer CNE Nº 15/2010 que chama a atenção para a presença de estereótipos e mensagens racistas em livros infantis que continuam a ser distribuídos nas escolas. Ainda falta executar mudanças contempladas de modo significativo na vida escolar, fazendo destes novos elementos parte integrante do currículo integral.

“Se a invisibilidade da população negra nos livros infantis já pode ser considerada prejudicial para a construção da identidade de crianças negras, o que dizer da presença de mensagens racistas e violentas que ainda podem ser encontradas em algumas obras?” (RODRIGUES; ABREU, 2012, p. 583).

Mesmo que, assumindo o conceito de Hall (2006), a identidade não seja um processo irreversível e conclusivo, podendo, assim, ser constantemente reconstruída e reelaborada, é preciso garantir condições adequadas na infância por ela mesma, sem se preocupar apenas com o futuro dessas identidades. As crianças afrodescendentes precisam construir suas identidades de forma positiva para terem uma vida mais feliz; competentes e capazes de usufruir das oportunidades presentes na sociedade como outras crianças.

CONCLUINDO...



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

Utilizar a literatura infantil como tentativa de transformar o que a criança pensa de si e do outro é uma estratégia para (re) significar valores sociais. Tomamos como parâmetro a criança como um ser social que, não absorvendo passivamente a cultura transmitida pela sociedade, também opera mudanças nessa cultura.

Porém, predomina no contexto atual o fato de que as personagens afrodescendentes na Literatura Infantil ainda são “esmagadas” pela repetição das imagens que reafirmam o padrão de beleza e de civilidade hegemônico, não trazendo muitas possibilidades de afirmação da identidade afrodescendente e contribuindo para o reforço de práticas racistas escolares, que se estendem pelos demais espaços sociais frequentados pelas crianças.

Nesse sentido, Cavalleiro (2008, p. 19) afirma que “a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre os afrodescendentes, continuamente em favor do eurodescendente, suas práticas e seus valores”.

Poderíamos pensar que a convivência mais intensa com os conteúdos relacionados à história da África e dos afrodescendentes, proporcionaria uma transformação na nossa realidade. E reivindicar a presença de protagonistas afrodescendentes nas histórias infantis é, da mesma forma, induzir essa convivência, essa aproximação ontológica entre eurodescendentes e afrodescendentes como brasileiras/os responsáveis por transformar a sua sociedade com todas as dificuldades atuais porque não conseguem entender que as desigualdades e exclusões são de toda a sociedade brasileira; há vítimas porque há brasileiras/os responsáveis por esta situação.

Este artigo anseia que a discussão induza a maior exploração da área por escritores/as e ilustradores/as da literatura infantil, valorizando também as personagens afrodescendentes, por acreditarmos que ser sujeito e não objeto de representação pode gerar mudança significativa, bem como conscientizar professores/as de seu papel de educadores/as podem mudar o rumo de tantas crianças brasileiras.

E neste sentido, tomamos emprestadas as palavras de Rocha, Batista e Boakari (2013) quando discutem o fato de que ao desenvolver uma pesquisa social, o/a investigador/a está de fato



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

examinando, refletindo sobre as suas vivências, suas experiências a partir de outras pessoas participando do estudo. Assim, eles nós lembram de que:

A educação tem o poder de transformar, humanizar, mas para isso, é necessária uma prática educacional que ajude a tornar as pessoas mais humanas e iguais. Igualdade não é ser semelhante, é entender a diferença e saber que todos nós temos que ter os direitos e responsabilidades iguais. Todas as pessoas precisam ser respeitadas, reconhecidas e valorizadas, isso é ser mais 'humano'. Aqui falamos de uma humanização dos sentimentos, em que adquirimos a sensibilidade, que nos torna capazes de enxergar o outro, e de aceitar o outro assim como ele é, independente de gênero, origem, cor, religião, e tantas outras características, marcadoras de identidades. (ROCHA; BATISTA; BOAKARI, 2013, p. 196).

Para crianças de ensino infantil, na fase de Jardim II, estas palavras carregam um peso a mais devido à sua fase de desenvolvimento quando ficam mais propensas às influências de outras pessoas, em particular adultas/os que fazem parte de seu círculo de relações continuadas – membros da família e profissionais da escola. Através de experiências educativas, por exemplo pelo trabalho com uma literatura infantil que humaniza e ajuda na auto-valorização e no reconhecimento da humanidade (igualdade) das outras, mais crianças podem aproveitar a escola como espaço de crescimento físico, espiritual, social e psicológico.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. A pedagogia multirracial popular e o sistema escolar. In: GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.

_____. **Lei N° 10.639, de 09/01/2003**. Altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências.

_____. **Lei N° 11.645, de 10/03/2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em 10.jun.2013.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2008.

ESCANFELLA, Célia Maria. **Relações Raciais na Literatura Infantil: uma construção de palavras e imagens.** In: XI Encontro Regional da ABRALIC, 2007, São Paulo. Anais do XI Encontro Regional da Abralic/Simpósio "A imagem e o Verbo". São Paulo : Abralic, 2007.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio, um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de 1ª a 4ª série.** Dissertação (Mestrado em Educação) .Belo Horizonte: UFMG, 1985.

GUSMÃO, N. M. M. de . Os desafios da diversidade na escola. In: GUSMÃO, N. M. M. de. (Org.) **Diversidade, cultura e educação: olhares cruzados.** São Paulo: Biruta, 2003.

HALL, Stuart. **Da diáspora. Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil Brasileira.** Histórias e Histórias. São Paulo: Ática, 1988.

MENESES, Maria Paula Guttierrez. Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial. In: GOMES, Nilma Lino (Org). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais.** Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2007

ROCHA, Meire Michele dos Santos; BATISTA, Ilanna Brenda Mendes; BOAKARI, Francis Musa. Afrodescendência e pesquisa educacional: tecendo a própria história. In: BOMFIM, Maria do Carmo Alves do; BOAKARI, Francis Musa; ARAÚJO, João Evangelista das Neves. (Orgs.) **Educação, diversidades e políticas de inclusão. v.01.** Teresina, PI: EDUFPI, 2013, p. 181-197.

RODRIGUES, Poliana Rezende Soares; ABREU, Antonia Regina dos Santos. ESPELHO, ESPELHO MEU, EXISTE O BELO NO MEU EU?: UMA ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE AFRODESCENDENTE A PARTIR DE LIVROS INFANTIS. In: **VII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO.** Teresina: UFPI, 2012, p. 580-585.

SILVA, Ana Célia. A Desconstrução da discriminação no Livro Didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola.** Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.



XI COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

SILVA, Assunção de Maria Sousa e. Identidade Racial e a leitura em sala de aula. In: BOMFIM, Maria do Carmo A. (Org. et. al.). **Educação e diversidade cultural**. Fortaleza: EdUFC, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**. A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000